

Encontro Nacional da Articulação no Semi-Árido Brasileiro



22 a 26 de março de 2010 Juazeiro - Bahia

Caderno do Participante

Contatos

Contatos:

Secretaria do VII Enconasa

Curia Diocesana

Rua Matatu, s/n,

Bairro Alto da Maravilha

CEP:48.903-970

Juazeiro - BA

Caixa Postal: 192

Telefone:(74)3611-6688

setimoenconasa@asabrasil.org.br

blog: 7enconasa.wordpress.com

ASA - Articulação no Semi-Árido Brasileiro

Rua Nicarágua, 111 - Espinheiro

CEP: 52.020-190

RecifePE

Fone: (81) 2121-7666

Fax: (81) 2121-7629

asa@asabrasil.org.br

www.asabrasil.org.br

Telefones Úteis:

Corpo de Bombeiros
193

Polícia Militar
190

SAMU
192

Polícia Federal
(74) 3611-5188

Guarda Municipal
(74) 3612-3550

SAC - Serviço de Atendimento ao Cidadão
0800 715353 | (74) 3611-8753

Terminal Rodoviário
(74) 3612-3600

Prefeitura Municipal
(74) 3611-7557

Aeroporto – Petrolina
(87) 3863-3366

Clise Hospital da Mulher
(74) 3611-2606

Hospital Promatre de Juazeiro
(74) 3611-8196

Hospital Regional de Juazeiro
(74) 3611-6186 | 3611-8327

Encontro Nacional da **Articulação**
no Semi-Árido
Brasileiro



Juazeiro - Bahia
22 a 26 de março de 2010

ASA – 10 anos construindo futuro e cidadania no Semiárido

A Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), rede formada por cerca de mil organizações da sociedade civil, comemorou em 2009, 10 anos de luta. Ao longo de sua trajetória, a Articulação vem contribuindo para a construção de um novo olhar sobre a região, voltado para a segurança alimentar e para a convivência com o Semiárido.

As ações de convivência com o Semiárido consideram as especificidades e potencialidades de cada comunidade, município e estado da região. Valorizam o saber e a capacidade de inovação dos agricultores e agricultoras familiares. São práticas populares que, nos últimos anos, vêm mudando a imagem do Semiárido e ajudando a construir um projeto de desenvolvimento sustentável para a região.

A valorização da agricultura familiar, o manejo adequado da terra e dos recursos hídricos existentes são elementos importantes nas ações de convivência. Dentro disso, está o estímulo à estocagem: guardar água, ração para animais e alimentos para pessoas.

Um bom exemplo de infraestrutura descentralizada de estocagem de água são as cisternas para armazenar a chuva. Até hoje, a ASA já construiu 300 mil cisternas para uso doméstico, garantindo o direito humano à água a 1,4 milhão de pessoas. Mas a nossa meta é mais audaciosa, é chegar a 5 milhões de pessoas com água na porta de casa, de qualidade para beber e em quantidade suficiente para suprir a necessidade das famílias.

Igualmente importantes são as tecnologias sociais de armazenamento de água para a produção de alimentos, como as barragens subterrâneas, os tanques de pedra, a bomba d'água popular e as cisternas-calçadão. Já existem cerca de 3,5 mil desses equipamentos em todos os estados do Semiárido, construídos pela ASA.

Essas são ações que desconstróem o mito do Semiárido como região seca, pobre e improdutiva. São iniciativas semeadas no campo fértil das possibilidades. Plante conosco a semente da mudança. Que essa semente cresça e frutifique.

ASA – Articulação no Semi-Árido Brasileiro

www.asabrasil.org.br

Boas-vindas

É com muita alegria e comprometimento que a Bahia recebe os/as participantes do VII EnconASA. Estamos de braços abertos realizando mais uma edição do Encontro Nacional da ASA, agora na cidade de Juazeiro, celebrando a trajetória dos 10 anos da nossa Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA Brasil), às margens do Velho Chico.

Sediar este evento significa um marco para nós da ASA/Bahia. Escolhemos com carinho o local, preparamos as apresentações, a metodologia, nos reunimos diversas vezes para garantir que a sétima edição do evento, cujo tema é ASA – 10 Anos Construindo Futuro e Cidadania no Semiárido, fique marcado na história da rede.

O EnconASA é um momento de partilha e integração, mas também é a atividade mais política e estratégica para ASA. É quando temos a oportunidade de avaliar e fortalecer nossas políticas e programas, especialmente, o Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e o Uma Terra Duas Águas (P1+2). Vamos juntos, neste Encontro, discutir novas perspectivas de convivência com o Semiárido, rever nossa caminhada, fazendo um balanço de nossas ações e traçar perspectivas para enfrentar os desafios que nos chegam nesse processo de pensar a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável para o semiárido, com bases nos princípios agroecológicos, na economia solidária, educação contextualizada e valorização cultural, que serão retratados durante todo o evento.

Uma caminhada com a participação de 3 mil pessoas ganhará as ruas de Juazeiro para apresentar nossas lutas políticas. Reafirmando o que deu certo nas edições anteriores do EnconASA, reforçamos a realização das oficinas temáticas, desta vez, sete com os temas Terra, Água, Segurança e Soberania Alimentar, Economia Popular Solidária, Educação Contextualizada, Auto-organização e Direito das Mulheres e Biodiversidade. A programação inclui ainda as trocas de experiências e a Feira de Sabores e Saberes, espaço reservado para que cada estado apresente e comercialize produtos da agricultura familiar, fortalecendo a prática da socioeconomia solidária e que ganha um belíssimo visual na beira do Velho Chico.

Garantimos espaço para painéis, grupos de discussão, plenárias, assembléias e, à noite, momentos culturais com apresentações de bandas de pífano, forrozeiros e peças teatrais, valorizando a cultura da Região do São Francisco.

Vamos em frente, juntos/as, por um modelo de desenvolvimento sustentável para o Semiárido e pela melhoria de vida do nosso povo sertanejo.

Sejam bem-vindos/as!!!

VII ENCONASA

Celebrar os 10 anos da ASA e discutir novas perspectivas de convivência com o Semiárido Brasileiro. Este é o objetivo do VII EnconASA – Encontro Nacional da ASA.

Considerado o espaço político mais importante da Articulação, o EnconASA é dedicado à discussão e avaliação das políticas públicas voltadas para o Semiárido e fortalecimento das experiências de convivência com a região. O EnconASA é também um momento de intercâmbio de cultura, valores e conhecimentos entre aqueles que buscam construir um Semiárido mais desenvolvido e sustentável, onde o acesso à água e à terra seja apenas o primeiro passo para uma vida digna na região.

A sétima edição do evento, que tem como tema Asa – 10 Anos Construindo o Futuro e a Cidadania no Semiárido, pretende avaliar e discutir experiências de convivência com o Semiárido dentro do atual contexto sociopolítico e econômico, além de socializar reflexões e ricas iniciativas das entidades sobre o desenvolvimento sustentável do Semiárido.

Essas experiências das pessoas e entidades que hoje fazem a ASA – comunidades rurais, quilombolas e indígenas, organizações não-governamentais, cooperativas, sindicatos, federações, pastorais – são os pontos de partida para as reflexões sobre a caminhada em direção a uma boa convivência com o Semiárido.



Programação

22 de março

Manhã **Chegada**/Credenciamento

Tarde **Montagem** da feira

Noite **Mística**
Apresentação das delegações
Fala de abertura sobre os 10 anos da ASA

23 de março

Manhã **Mística**
Peça teatral
Exposição de modelos de desenvolvimento no contexto das crises
Orientações para as visitas, caminhada e feira

Tarde **Caminhada** Semiárido
Abertura da Feira

Noite **Assembléia** da AP1MC
Noite Cultural
Feira

24 de março

Manhã **Visitas** às experiências e Tarde

Noite **Noite** Cultural
Feira

25 de março

Manhã **Oficinas:**
Acesso à terra
Acesso à água
Segurança e Soberania Alimentar
Economia Popular e Solidária
Educação Contextualizada
Auto-organização e Direito das Mulheres
Agrobiodiversidade

Tarde **Plenária** Relação Estado e Sociedade Civil na Construção de Políticas Públicas - Avaliação a partir da experiência da ASA (P1MC e P1+2)

Apresentação da avaliação dos programas pela Coordenação Executiva da ASA

Debate sobre os programas no contexto das políticas públicas para o Semiárido
Reflexões: Consea Nacional, Governo Federal, Governo Estadual da Bahia, outros parceiros, ASA

Noite **Noite** Cultural
Feira

26 de março

Manhã **Plenária** Projeção para o Futuro
Apresentação da síntese das oficinas
Leitura da Carta Política do VII EnconASA
Mística de encerramento

Sistematizações de Experiências

A metodologia desenvolvida para este VII EnconASA relaciona as atividades de cada dia, encadeando-as de maneira a facilitar o processo de formação e alcançar o objetivo do Enconasa, que é refletir sobre os 10 anos da ASA e discutir as perspectivas de convivência com o Semiárido.

Dessa maneira, foram selecionados sete grandes temas que irão nortear vários momentos da programação do Encontro, especialmente as oficinas e as visitas de intercâmbio. São eles: Acesso à Terra, Acesso à Água, Educação Contextualizada, Economia Solidária, Auto-organização e Direito das Mulheres, Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar e Nutricional.

Cada tema resultará em uma oficina. No caso dos intercâmbios, para cada tema foram selecionadas duas experiências, totalizando 14 a serem visitadas pelos/as participantes do Enconasa. Essas experiências, desenvolvidas por organizações, agricultores e agricultoras da região de Juazeiro, foram sistematizadas e deram origem às histórias que lhes apresentamos a seguir.

Água



Organização social e luta pela água

Vale do Salitre – Juazeiro | BA

Até a década de 1970 o rio Salitre corria o ano todo. Os agricultores do Salitre abasteciam a cidade de Juazeiro com verduras, legumes e frutas, plantados com pequena irrigação, muitas vezes totalmente artesanal, numa faixa a mais de 100 metros da margem do rio Salitre, respeitando a mata ciliar. O Vale do Salitre sempre se destacou pela fertilidade de seu solo.

Na década de 1980 chegaram os grandes produtores, inclusive japoneses, sobretudo no médio e alto salitre, apossaram-se das terras e implantaram grandes plantações irrigadas de melão, cebola e tomate, usando motores potentes que sugavam toda a água, interrompendo o fluxo do rio. Essa prática tornou o Salitre um rio intermitente e desestruturou toda a vida dos salitreiros tradicionais. Por outro lado, o tipo de agricultura especulativa contaminou a forma tradicional de cultura e os próprios salitreiros investiram na monocultura, acabando de vez com a forma tradicional de cultura e desmatando às margens do rio, favorecendo o assoreamento e a poluição com uso cada vez mais intensivo de agrotóxicos e adubos químicos.

O baixo e médio Salitre foram as áreas mais afetadas pela falta de água. A reação iniciou-se a partir das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, que abordavam os problemas das comunidades locais. Na década de 1980 as discussões focaram o associativismo como instrumento de organização, superação dos problemas e busca de melhores condições de vida. A Associação Comunitária dos Lavradores do Recanto Santa Terezinha e Bebida (ASCLAREC) foi pioneira nesta busca. Fundada em 19 de fevereiro de 1987 tem como um de seus objetivos assegurar o abastecimento de água para a população e contribuir na busca de melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras. A iniciativa de fundar a ASCLAREC

surgiu dos moradores da comunidade de Recanto, mas a Associação congrega, também, comunidades vizinhas. Entre as lideranças que iniciaram o trabalho destacam-se Leonice Rocha da Silva, Nival Gomes da Silva, Renilde, Bernardete, Jardilina, Edgar Ferreira e José Ribeiro, que prestaram assessoria, pois já faziam parte de outras associações.

Uma das iniciativas da ASCLAREC foi a implantação da roça comunitária onde os associados podem ter seus plantios e também criar animais de pequeno porte. É uma das poucas áreas do Salitre onde ainda existe mata ciliar. Ali também se iniciou a experiência de cultivo de hortaliças em canteiros econômicos com água armazenada na cisterna de produção. A terra para a roça comunitária foi cedida por duas famílias das comunidades e que participam da Associação.

A partir da ASCLAREC outras associações foram surgindo e, no final da década de 1990, foi formada a União das Associações do Vale do Salitre, a UAVS. As associações foram criando uma tradição de organização e luta que até hoje persiste, apesar de todos os problemas enfrentados. Isso é um ganho social significativo da população.



Com o fortalecimento da organização, partiu-se para uma luta mais ampla pela água. A solução encontrada foi a construção de barragens sucessivas que, através de bombeamento, levam água do rio São Francisco até o médio Salitre. Inverteu-se a natureza. O Salitre deixou de ser afluente do São Francisco e passou a importar água do mesmo.

Essa forma de garantir água para a produção tem causado, por um lado, abastecimento para que os agricultores continuem sua produção, por outro, a salinização mais acentuada da água e da terra.

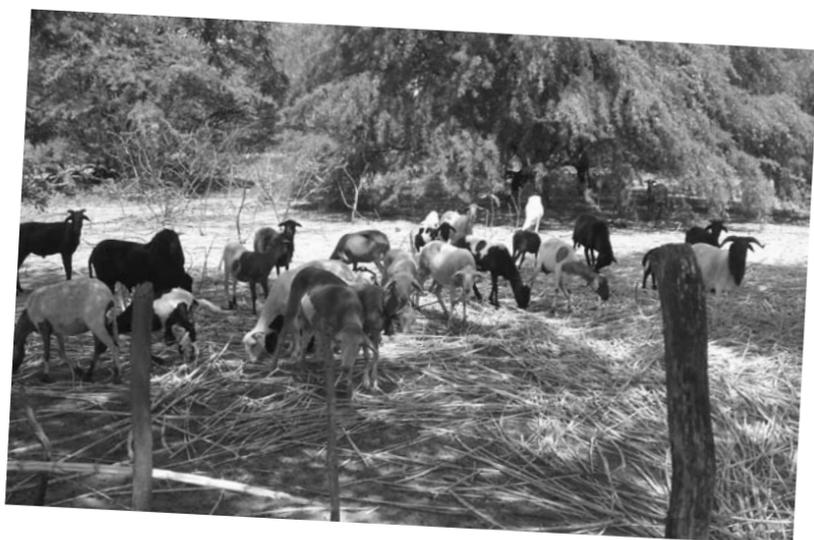
Mesmo assim, a grande maioria dos agricultores do Salitre só planta no período das chuvas, pois os gastos para poderem usar a água das barragens sucessivas estão muito além das possibilidades econômicas. Aí, a necessidade de se buscar alternativas. Entre as quais está a intensificação da criação de caprinos e o uso racionalizado da água em plantios de subsistência nos períodos chuvosos ou com água acumulada nas cisternas de produção.

A água das barragens sucessivas serve para produção. Permanecia o impasse para a água de consumo humano. A água das barragens, com uma alta concentração de sal, não podia tornar-se potável. Mais uma vez, a ASCLAREC

foi à luta e, em parceria com a Diocese de Juazeiro, como Unidade Executora Local, está implantando, ao longo do Vale do Salitre, o Programa Um Milhão de Cisternas, o P1MC, para o abastecimento humano. Já as cisternas de produção são voltadas para garantir segurança alimentar para as famílias mais prejudicadas com a intermitência do Rio Salitre. A agricultura orgânica na roça comunitária – com o apoio do técnico Anderson Fabiano Rocha da Silva – está se estendendo para a produção de verduras com água das cisternas de produção.

Além da luta pela água a ASCLAREC, em parceria com diversos órgãos, participa:

- nos procedimentos de manutenção (limpeza) do Rio Salitre;
- na construção de sanitários;
- na melhoria habitacional – com fundo solidário;
- na organização de cursos de capacitação;
- nas gestões para melhorar a educação e a saúde – André Azevedo Rocha (estudante de pedagogia) e Minéia Clara dos Santos (agente de saúde) mobilizam os moradores para esta busca;
- na administração do uso da água do rio Salitre no trecho das barragens sucessivas;
- no Comitê da Bacia do Rio Salitre.



Resistência das comunidades ribeirinhas e a construção das hidroelétricas de Riacho Seco e Pedra Branca

Comunidades do Ferrete e Fazenda do Meio – Curaçá | BA

Os projetos de barragens de Riacho Seco e Pedra Branca se localizam na região do sub-médio São Francisco, ambas no rio São Francisco, atingindo diretamente os municípios pernambucanos: Orocó, Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande e Petrolina; e as cidades baianas: Curaçá e Juazeiro.

Estes projetos estão incluídos nos 1.444 projetos de barragens que as empresas do setor energético e governo brasileiro pretendem construir no Brasil, vários destes projetos estão inclusos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, entre eles as Barragens de Riacho Seco e Pedra Branca. As barragens inundarão áreas de diversas comunidades, ilhas e assentamentos.

A Chesf – Companhia Hidroelétrica do São Francisco, juntamente com as empresas Odebrecht e Engevix, são as responsáveis pelas obras de construção das hidroelétricas de Riacho Seco e Pedra Branca.

As barragens estão previstas para 2010. Com a implementação desses empreendimentos, 20 mil pessoas serão expulsas de seus lugares, de suas terras, em sua maioria camponeses, sem-terra, indígenas, quilombolas, pescadores e ribeirinhos. Nas comunidades previstas para serem inundadas, grande parte das pessoas vivem às margens do rio e não tem água encanada em suas casas. Exemplo vivo é a comunidade do Ferrete, localizada no município



de Curaçá. Uma liderança dessa comunidade expressa: “as empresas querem é que viremos peixe para viver embaixo da água, mas nós queremos é continuar nas nossas comunidades, ter escola, moradia, saúde, ter o pescado, produzir comida. Nossa comunidade vizinha (Poço da Catingueira) tem água de qualidade através das cisterna, e nós que moramos na beira do rio, por que não temos?”.

Nos últimos 4 anos, as organizações dos agricultores sentiram necessidade de construir estratégias voltadas para o enfrentamento das construções das barragens de Riacho Seco e Pedra Branca, e ao mesmo tempo questionar o modelo de desenvolvimento e o modelo energético brasileiro. Pelo histórico de construção de barragens no Brasil, existe a preocupação com a violações dos direitos das famílias que serão atingidas pela barragem.

No início do processo, as entidades e pastorais existentes na região, entre elas a CPT, STR de Curaçá e o STR de Santa Maria da Boa Vista, sentiram a necessidade de construir uma articulação com o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, por compreenderem que este é um movimento de massa que tem bastante experiência acumulada no enfrentamento às barragens e na luta pela garantia de direitos das famílias atingidas pelas barragens. Com esta compreensão, essas entidades demandaram que o MAB passasse a atuar nessa região.

O MAB, dentro da sua estratégia, definiu a região da Bacia do São Francisco como prioritária para o Movimento. Assim, pessoas foram deslocadas para atuar permanentemente na região, estruturando um escritório com uma secretaria em Juazeiro. Nesse processo, o MAB contou com o apoio das entidades da região.

A chegada do MAB na região contribuiu para articular as diversas entidades, movimentos, pastorais na luta contra o modelo energético adotado pelo governo brasileiro, principalmente contra a construção das hidroelétricas de Riacho Seco e Pedra Branca. Coletivamente, as entidades assumiram o compromisso e vêm realizando nas comunidades um trabalho de formação das famílias. Esse trabalho tem contribuído para ampliar a visão sobre o modelo de desenvolvimento que vem sendo

construindo na região.

As comunidades tradicionais são, usualmente, as mais atingidas pelos processos de construção de barragens e hidroelétricas para a geração de energia. Atualmente, estas comunidades (quilombolas, ribeirinhos, indígenas, pescadores, etc) têm sido os maiores atores no processo de resistência da privatização da água.

Na região vem sendo realizado um trabalho permanente nas comunidades, através de reuniões, debates, atos públicos, como o que aconteceu no distrito de Riacho Seco, com mais de 3 mil pessoas, no ano de 2006. Realização de mutirões nas comunidades ameaçadas pelas barragens; ocupação da Hidroelétrica de Sobradinho, no mês de junho de 2008; acampamento da juventude com 150 jovens de Curaçá - BA, realizado na comunidade do Ferrete nos dias 13 e 14 de março de 2009; assembléia popular dos ameaçados pelos projetos de barragens de Riacho Seco e Pedra Branca, com o objetivo de denunciar a construção das barragens, cobrar da CHESF, das empresas e poder público a responsabilidade, respeito com a população; e visitas de intercâmbios que possibilitam a troca de experiências, e o fortalecimento da luta pela vida e em torno de um projeto de desenvolvimento popular que apresente alternativas ao modelo que vem sendo imposto.



Comunidade do Ferrete
Município de Curaçá - Bahia

Educação Contextualizada



Projetos Educação com Pé no Sertão e Horta Pedagógica valorizam a convivência com o Semiárido

Curaçá | BA

Em 1997 o município de Curaçá desenvolveu uma experiência histórica no campo educacional, através do projeto Escola no Nordeste: Educação com Pé na Realidade Nordestina, para todos e com qualidade, cujo foco central foi a formação dos educadores/as a partir da proposta de educação para convivência e reorientação curricular. O projeto aconteceu através de uma parceria estabelecida entre a Prefeitura Municipal de Curaçá, o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada-Irpaa, o Unicef e o Departamento de Ciências Humanas-UNEB/campus Juazeiro.

Como desdobramento desse processo, foi construída a proposta político-pedagógica do município, intitulada Educação com Pé no Chão do Sertão, baseada nas ações de convivência com o Semiárido. Além disso, um resultado significativo foi a elaboração de 4 livros paradidáticos, envolvendo temas como: brincadeiras infantis, cantigas de roda, causos, relação com o meio ambiente e convivência com o Semiárido no município de Curaçá. Essa experiência foi uma das que mais contribuíram para a criação da Rede de Educação do Semiárido (Resab).

Sendo assim, muitas outras ações têm sido desencadeadas a partir desse processo. Neste sentido, outro projeto que está sendo desenvolvido desde julho/09 no distrito de São Bento, Curaçá, é o de Hortas Pedagógicas em escolas. Projeto este que está inserido em uma estrutura maior, o Mata Branca. O projeto Mata Branca atua nesta região desde 2007, e tem como principal objetivo contribuir com os municípios onde a caatinga se encontra devastada e em processo de desertificação, considerando todos os aspectos de preservação da fauna e da flora. Atualmente, abrange na Bahia os municípios de Curaçá, Contendas do Sincorá, Itatim e Jeremoabo. No município de Curaçá em função da extração desordenada da casca de angico (planta nativa da região, com alto teor medicinal), bastante utilizada pelos artesãos que curtem o couro na própria região e áreas circunvizinhas. Busca a gestão sustentável do bioma caatinga, e juntamente



às comunidades vislumbrando alternativas de preservação do bioma e incentivando o resgate expressões e formas culturais que de alguma forma tenham se perdido no tempo e com o tempo.

A implantação da horta pedagógica nas escolas traz um enfoque de caráter educativo, orientada pelos princípios da Agroecologia, com o intuito de traçar estratégias de desenvolvimento sustentável, respeitando as diversidades da região que incidam sobre a melhoria da qualidade de vida da população, com estímulo à produção de alimentos saudáveis.

O objetivo dessa experiência é tornar a escola um espaço de aprendizagem significativa, tendo como ponto de partida a identidade e a comunidade local, possibilitando criar e/ou ampliar o vínculo entre as pessoas e natureza, e estimulando relações mais sustentáveis.

As atividades desenvolvidas incluem a formação continuada dos educadores/as, formação da comunidade local, construção de cisterna de produção, implantação das hortas e visitas nas escolas. Estas ações estão inseridas no projeto Mata Branca, em parceria com o IRPAA, e a Secretaria Municipal de Educação.

As dificuldades que estão sendo vivenciadas dizem respeito ao contexto da comunidade, na qual a escola está inserida. Infelizmente, ainda existe uma prática na localidade que é a retirada da casca do angico e a caça de animais silvestres de maneira predatória. Neste sentido, acredita-se que a sensibilização na escola e na comunidade provoque mudanças sobre a relação das pessoas com o meio ambiente.

Mas, as dificuldades não emperram a convocação de vontades para interferir nos

processos da comunidade escolar e não escolar. A Horta Orgânica Pedagógica propicia o envolvimento da comunidade, a mudança na vida da escola, sendo um instrumento que possibilita às crianças o contato com os elementos do ambiente natural, estabelecer relações com a terra, desenvolver valores importantes de convivência, onde elas mesmas são responsáveis pelos resultados de aprendizagem, cuidando melhor do meio ambiente, das pessoas e de si mesma.

Com este trabalho, alunos/as, professores/as e comunidade passam a desenvolver o respeito pela natureza, o cuidado com o meio ambiente, criando uma cultura no hábito alimentar, na perspectiva de se produzir e consumir alimentos mais saudáveis, além de ser uma forma de validar a sabedoria dos agricultores e agricultoras. Conforme diz Juca, professor de Geografia da comunidade de São Bento: “Eu vejo um Nordeste viável onde tem de tudo um pouco, desde a criação de animais, mulheres e homens trabalhadoras e trabalhadores e muita água quando chove. O que falta é política de gerenciamento dessa água”.

Esta proposta é uma estratégia para discutir outras possibilidades de convivência com o meio ambiente natural e social, criando espaços de aprendizagens diversas, com possibilidades metodológicas multi e transdisciplinar, onde o contexto sociocultural dos estudantes é o ponto de partida que direciona e conduz a ação.



Escola Rural de Massaroca: uma prática educativa contextualizada no sertão baiano

Massaroca - Juazeiro | BA

Há quatorze anos, produtores da região de Massaroca, distrito de Juazeiro, em pleno sertão baiano, tiveram a ousadia de investir numa escola que de fato trouxesse para os seus filhos o aprendizado a partir de sua realidade local. Para isso, e com apoio de produtores franceses, buscaram parcerias para que o sonho se tornasse real. Com essa intenção, surge a ERUM - Escola Rural de Massaroca, em 1995.

Luiz de Senna, pedagogo brasileiro radicado na França, grande colaborador da ERUM nos primeiros anos, dizia que o compromisso da Escola era trabalhar para os interesses de uma comunidade camponesa. A comunidade de Massaroca vem se organizando há anos para sair de uma situação de carência e de ameaça de miséria, assim como se livrar do abandono em que foi deixada há muitas dezenas de anos.

A metodologia adotada pela Escola considera três momentos no processo educativo: observar a realidade, compreender a realidade e transformar a realidade. Dessa forma, a ERUM vem contribuindo para o desenvolvimento local das comunidades da região. Estudos de realidade são feitos anualmente, com os alunos do Fundamental I e II. Cada ano escolhe-se uma comunidade, para que os conteúdos da grade curricular sejam iniciados com base na realidade local.

A partir dos estudos de realidade, muitos projetos foram introduzidos, contribuindo, assim, com a qualidade de vida do povo da região. Projetos ligados a organização da juventude, saúde da mulher, organização comunitária, criação de galinhas, horta comunitária, manejo do rebanho,



manejo da caatinga e muitos outros, hoje com grandes possibilidades de implementação de uma cooperativa de beneficiamento de produtos locais, tendo como ponto forte o umbu.

Ao longo desses anos, a trama sempre era montada em busca de benefícios diversos, tanto que a própria escolha do local de construção da escola foi ponto preponderante para atrair diversos benefícios para as comunidades, como a energia elétrica, água encanada, beneficiamento dos acessos comunitários, serviços ligados ao transporte estudantil, empregos no município, além de uma maior atenção por parte das instituições dos governos estadual e municipal no que diz respeito a capacitações e cursos de formações.

Uma grande preocupação da ERUM sempre foi trabalhar a questão do êxodo rural e formação de lideranças, discutindo possibilidades e potencialidades da região. Essas reflexões possibilitam um novo olhar sobre a área rural e, ao mesmo tempo, mostram a importância da implementação de novas tecnologias para o desenvolvimento local.



A ERUM sempre valorizou a cultura local e, por isso, introduz novos elementos, como as manifestações culturais, a exemplo do São Gonçalo, Corrida de Argolinha, Reizado, Dança da Jiboia, Espera de Jegue, entre outras, que são tratadas como conteúdos e conhecimentos atrelados aos blocos temáticos trabalhados no cotidiano da Escola e vivenciados nas comunidades. Da mesma forma trabalha modalidades desportivas universais, tanto é que o Atletismo e o Handebol são bem absorvidos pelos alunos e são referências para o município, devido às participações exitosas da ERUM em eventos esportivos oficiais em âmbito local e estadual.

A partir das modificações que surgem no território, aos poucos, os pais e alunos vão compreendendo o processo de modernização social e de mercado. Para a ex-aluna Marília Cíntia, da comunidade de Canoa, ao discutir essas modificações no seu lugar, diz que o meio social nem liberta e nem escraviza, as pessoas é que têm que se adaptar ao novo. Já Cosme Neres e Eduardo Nunes, também hoje ex-alunos, dizem que o mundo que eles veem é como uma estrada, e nesta estrada tem vários caminhos, e cada pessoa tem o dever de escolher o caminho que vai seguir.

Para o professor e fundador da Escola, Antônio Martins, a experiência da ERUM é algo inusitado. Ele afirma que passou a compreender e a respeitar os sujeitos do processo educacional, com seus jeitos e modos, sem impor um

conhecimento adquirido na Academia, mas aliado aos conhecimentos científico, filosófico e popular, no sentido de construir ou fazer emergir saberes.

Atrelado a isso, fica visível, quando Cosme, da comunidade de Caldeirão do Tibério, ex-aluno, diz que dentro da Escola os alunos vão perdendo a vergonha de falar e aprendem os conhecimentos de como viver melhor na terra em que nasceram. Isaias, da comunidade de Curral/Novo Jacaré, também ex-aluno, complementa que na ERUM aprendeu a arrumar outras maneiras de agir diante dos problemas.

A professora da Educação de Jovens e Adultos (EJA), Waldete Pereira do Nascimento, ex-aluna da primeira turma, hoje parceira da ERUM, diz que o tempo que passou na ERUM foi como ter vivido a metade de sua vida, pois através da escola conseguiu se desenvolver, ficou a par de muita coisa real, um exemplo é a questão da chuva, que sempre pensou ser Deus quem a mandava.

Nesse mesmo sentido, Isaias Flávio da Silva, aluno da primeira turma, em 1998, diz que as pessoas do lugar sempre tiveram muita fé em Deus e acreditavam que Deus iria melhorar a situação de seca no Sertão nordestino. Mas, ele acreditava que o que era preciso era organização para enfrentar este problema, fazendo muitas aguadas. O que precisavam era aprender a conviver com a seca e não trabalhar para acabar com ela, porque todo ano a seca acontece e que não é novidade para a região do Semiárido.

Para o ex-professor e fundador da ERUM, Edmerson dos Santos Reis, hoje professor da Universidade Estadual da Bahia (UNEB/Juazeiro), doutorando em educação, diz que a ERUM foi, e continua sendo, uma grande escola de formação. As vivências, as trocas, as aprendizagens, os embates, as perdas, os ganhos, as mais fraternas relações foram significativas, tanto nos momentos em que por lá esteve como aprendiz e professor, quanto como pessoa, afirmando que ali de fato viveu uma experiência educativa.

Terra



Agricultores retomam suas terras

Acampamento Nossa Terra - Ponto Novo | BA

O Acampamento Terra Nossa está localizado no município de Ponto Novo - Bahia. Mais precisamente às margens da BR 407, sentido Capim Grosso/Senhor do Bonfim/Juazeiro. Ocupa uma área de terra dentro do perímetro irrigado com 60 famílias.

No ano de 1998, foi construída uma barragem no rio Itapicuru com posterior implantação de um projeto de irrigação. As terras antes pertenciam aos pequenos agricultores, hoje “pertencem” aos empresários que exploram a mão-de-obra no município. Foi um projeto que acabou com o sossego e a vida digna dos camponeses, que tinham sua propriedade e na terra de tudo um pouco produziam para se alimentarem, praticando a agricultura de subsistência, orgânica e diversificada. Desde então, os agricultores ou camponeses que tiveram suas terras inundadas permaneceram na expectativa de receberem lotes irrigados.

Nesta região, a construção de barragens é precedida da limpeza da área, isto é, da remoção, através de propaganda enganosa e de promessas de terras e de irrigação, de toda a população que será atingida. Isso aconteceu também em Ponto Novo. Só que as promessas feitas de assentamento não se concretizaram, e as terras foram loteadas com empresários que ali implantaram projetos de irrigação com a finalidade de produzirem para o mercado, sem se preocuparem com o alimento básico das famílias.

Em 11 de junho de 2008, a indignação dos camponeses que haviam perdido suas terras chegou no limite e, articulados com outros



Produção de hortaliças para consumo das famílias e venda na feira de Ponto Novo

camponeses da região e com os movimentos sociais (MPA – CPT – CETA) retomaram suas terras. São 60 famílias acampadas e todas almejam produzir ecologicamente e permanecer criando seus filhos, tendo educação contextualizada, de qualidade e pública, infraestrutura e tudo que uma família merece para gozar de uma vida simples, mas digna.

É um acampamento de resistência dos camponeses para permanecerem na terra e nela produzirem de tudo um pouco. Além da horticultura, cultivam feijão, milho, mandioca, melancia, abóbora, batata doce, dentre outros. As famílias acampadas estão buscando alternativas de convivência e sustentabilidade com a caatinga que ainda resta na região. Inclusive desenvolvendo projeto de horta comunitária agroecológica pelo Fundo Nacional de Solidariedade (FNS), da CNBB, e ampliando a área agrícola nas terras ocupadas para a safra de inverno.

A produção interna das unidades familiares gera nas pessoas uma autoestima e identidade camponesa perdida ao longo do tempo. Representa também economia de recursos, alimentação diversificada, saudável e geração de excedente, que por muitas vezes é vendido na feira da cidade. O fortalecimento das relações de gênero, cooperação e solidariedade, têm grande importância para as famílias acampadas.

As famílias que reocuparam suas terras priorizam a afirmação da identidade camponesa, o fortalecimento da comunidade, a diversidade produtiva, o respeito pelo meio ambiente, a solidariedade entre campo e cidade, com o objetivo de produzir comida saudável para as famílias acampadas e para as famílias pobres da cidade, devolver a própria dignidade através do direito de ter terra para trabalhar e viver de forma sustentável no âmbito econômico, ecológico, social e cultural.

O acampamento tem hoje 60 famílias e desenvolve atividades coletivas e individuais que envolvem a participação de jovens, mulheres e homens, na produção e na construção de suas moradias.

As moradias, dentro do acampamento, estão sendo levantadas em adobe – madeira e barro - preservando a maneira secular de construção no sertão.

As ameaças de expulsão são constantes. Os afortunados pelas políticas governamentais não querem ceder um filão de terra produtiva para os acampados que, simplesmente, retomaram suas terras perdidas quando da construção da barragem e, como agricultores familiares, produzem o alimento que vai para a mesa do brasileiro.

O direito à terra é o movente principal desta luta. Junto vem a preservação do modo camponês de viver, da cultura ancestral, da diversidade própria da agricultura familiar, do respeito pelo meio ambiente no modo de viver e de produzir, da solidariedade entre as famílias e destas com a cidade.



Casas de adobe construídas por meio da bioconstrução preservando e conservado o meio ambiente

Fundo de Pasto: uma história de resistência

Areia Grande - Casa Nova | BA

Areia Grande é o atual nome de um antigo território de “fundo de pasto”. O nome foi dado na prática por 366 famílias de quatro comunidades das caatingas de Casa Nova, Bahia, ao norte do Lago de Sobradinho: Riacho Grande, Salinas, Jurema e Melancia. Eles habitam esta região desde os anos de 1850. Vivem tradicionalmente da agricultura de subsistência, criação de caprinos, ovinos e bovinos, para o que este território de uso comum é o mais importante, pois é onde os animais pastam coletivamente (fundo de pasto). As famílias também trabalham com a apicultura, aproveitando a florada da nativa caatinga. Esta atividade tem contribuindo com preservação da caatinga.

HISTÓRIA DA RESISTÊNCIA

Desde os anos 1970, estas comunidades resistem a várias investidas do grande capital através de projetos de infraestrutura, como a barragem de Sobradinho e perímetros irrigados, e empresas como as de agrocombustíveis.

A primeira ameaça se deu com a construção da barragem de Sobradinho, construída na década de 1970, e a primeira resistência das famílias foi não aceitar a mudança para outra região. A intenção do governo era levar essas famílias para as agrovilas construídas no município de Bom Jesus da Lapa, distante 700 km. Apesar de todas as perdas, a maior parte das famílias fez a opção de permanecer na região.

Em 1979, a empresa carioca Agroindustrial Camaragibe, ajudada por políticos locais, “adquire” terras da comunidade de Riacho Grande. O empreendimento visava produzir álcool de mandioca. Com recurso do governo federal, foi estruturada uma usina de álcool. Nacionalmente, esse projeto ficou conhecido como “escândalo da mandioca”. Este foi um caso de desvio de recurso público, os empresários forjavam perda da safra no momento em que iam quitar os empréstimos feitos junto ao Banco do Brasil.



A empresa entra na Justiça contra os posseiros, mas o pedido de reintegração de posse foi negado pelo juiz da Comarca de Casa Nova, que acaba sendo transferido. O Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) mede e titula parte das terras do Riacho Grande, reconhecendo que aquelas terras são devolutas, ou seja, pertencem ao Estado.

O INTERBA foi extinto e no estado da Bahia foi criado órgão sucessor, a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), que não chegou a concluir os trabalhos. A empresa se aproveita e se instala em grande parte das terras. Também o INCRA é acionado diversas vezes, sem resposta suficiente. Apesar da relativa vitória da comunidade de Riacho Grande, a Camaragibe põe-se em funcionamento, o que não impede que os posseiros continuem a soltar seus animais e produzir nas áreas. Nesse período, as famílias posseiras tiveram suas terras invadidas, ficando escasso o espaço para a atividade principal, que é a criação de animais no sistema extensivo - solto na caatinga. A comunidade resiste a todas as violências, no que serve de exemplo para toda a região.

Com o “escândalo da mandioca”, a empresa deixa o local e uma dívida milionária junto ao Banco do Brasil. Os posseiros recuperam o uso de toda a área – a Areia Grande. Nela, atualmente, eles têm 3 mil caixas para criação de abelha, o que gera 30 mil litros de mel por ano e 13 mil cabeças de caprinos e ovinos.

O CASO ATUAL

Após 20 anos de aparente tranquilidade, em março de 2008, efetivos da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia da Caatinga e um policial que se diz da Polícia Federal de Pernambuco, sob supervisão de um Oficial de Justiça, com truculência e abuso de autoridade, entram na área para expulsar os posseiros. Casas, chiqueiros, currais, roçados, cercas e até um centenário juazeiro são destruídos. Exigem a retirada das colméias e do criatório.

No início de 2008, o juiz de Casa Nova conferiu aos empresários da região a “propriedade” das terras de fundo de pasto que foram “compradas”, no final da década de 1970 pela

empresa Camaragibe. A propriedade grilada pela Camaragibe foi ilegalmente transferida aos empresários, que ingressaram com uma ação de Imissão de Posse, visando legitimar, através de decisão judicial, os falsos títulos adquiridos. Policiais e prepostos de supostos empresários, interessados na área destruíram casas, chiqueiros, currais e roçados das famílias. A saída da polícia da área não desanimou os prepostos de dois empresários que se intitulam “novos donos” da localidade. Guarnecidos por milícia armada, realizam a “faxina” da área, tentando apagar vestígios da posse e moradia.

Os moradores acampam no local para impedir a continuidade da destruição de suas benfeitorias. Nove capangas encapuzados, portando armas de grosso calibre, invadem o acampamento com tiros, ameaças de morte, agressões físicas a mulheres e crianças, usando-as como escudo. Chega um destacamento policial, que não reprime os jagunços.

LUTO E VITÓRIAS

Em novembro de 2008, o Estado reconhece tanto a natureza pública das terras, quanto a legitimidade de sua ocupação tradicional, e inicia ação discriminatória administrativa das posses.

No dia 4 de fevereiro de 2009, é encontrado o corpo de um dos líderes dos posseiros, Zé de Antero, que nunca deixou a área, onde nela foi brutalmente assassinado. As comunidades não desanimam.

No dia 1º de julho de 2009, mais uma vitória com a anulação da sentença, pelo Tribunal de Justiça, da Imissão de Posse, que ratificava o processo de grilagem de terras públicas.

Atualmente, sob vigilância constante, as comunidades vivem na Areia Grande. Continuam lutando pela discriminatória judicial e anulação definitiva dos títulos fraudulentos, regularização do território, recuperação das perdas materiais, investigação e punição dos culpados pela morte de Zé de Antero. Vivem repetindo o que Zé gostava de dizer: “Essa luta não para enquanto a justiça não triunfar”.

Economia Solidária



Fundo rotativo solidário melhora a renda familiar - A experiência de beneficiamento de frutas

Comunidade Jenipapo - Jaraguari | BA



Início do grupo com beneficiamento de frutas

A 15 km de Jaguarari (BA) está localizada a comunidade de Jenipapo, onde moram 55 famílias de pequenos agricultores e agricultoras que plantam milho, feijão e mandioca, e criam algumas cabeças de gado. Plantam também muitas fruteiras de onde colhem manga, goiaba, maracujá do mato, jenipapo, acerola, banana, jaca, cajá e umbu.

A água de que dispõem para consumo humano, animal e produção, vem de uma pequena barragem que fica no pé da serra, mas agora serão beneficiados com água encanada para o consumo humano. A água virá de poços artesanais dentro do programa governamental Água para Todos. Para os animais e para os plantios continuam usando apenas a água da

barragem. Receberam também o Programa Luz para Todos, do governo federal, e em 2003 fundaram a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Jenipapo.

Todos os anos essas famílias viam metade de sua produção de frutas apodrecer debaixo das plantas e a outra metade era vendida para atravessadores que compravam pelo preço que bem queriam.

Em 2006, resolveram dar outro rumo para a produção. Um grupo interessado conseguiu a aprovação de um projeto cujos recursos são geridos coletivamente pelo Fundo Rotativo Solidário, que já existia na região. Além de



Jenipapo, o Fundo apoiou as comunidades de Borda da Mata, incentivando o artesanato e a produção de mel, e Gameleira, no beneficiamento de frutas.

O projeto para o beneficiamento de frutas foi aprovado pelo Comitê Gestor Nacional de Apoio a Experiências Solidárias, composto pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Cáritas, Pastoral da Criança e ASA Paraíba.

Para a elaboração do projeto, o grupo de Jenipapo contou com o apoio de organizações e movimentos sociais: Comissão Pastoral da Terra, da Diocese de Bonfim; Pólo dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Bonfim; CETA; Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e Associação de Fundo de Pasto.

O projeto de beneficiamento de fruta foi o incentivo necessário para a comunidade de Jenipapo implantar a unidade de produção de polpa de frutas. O grupo que participa do projeto é formado por 12 pessoas – 6 homens e 6 mulheres. Com o financiamento, o grupo conseguiu adequar a casa de um dos integrantes para o beneficiamento, comprar a despolpadeira, 4 frizeres, 1 máquina para lacrar as embalagens e outros instrumentos necessários para o desenvolvimento do trabalho.

Os produtores e produtoras beneficiam goiaba, manga, jenipapo, maracujá do mato e acerola. Essas frutas são cultivadas naturalmente, sem o uso de adubos químicos ou defensivos tóxicos. Compram as frutas das famílias que moram na comunidade e também de outras famílias de fora, quando necessitam.

A sobra da produção, sobretudo das frutas que não são beneficiadas, as famílias não vendem mais para atravessadores, mas levam para feira da cidade e vendem diretamente para os consumidores.

A produção de polpa é comercializada com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e usada na merenda escolar durante 10 meses do ano. É vendida também para hotéis em Jaguarari, além do consumo na própria comunidade.

O grupo tem um coordenador que convoca os participantes sempre que necessário para tomarem decisões relacionadas com a oferta de frutas, segundo a produção e a demanda por polpa – dependendo das negociações com a CONAB e com hotéis de Jaguarari.

Os participantes do grupo organizam a produção dependendo da quantidade a ser beneficiada. Podem todos trabalhar conjuntamente ou no revezamento organizado, onde cada um trabalha as horas estabelecidas. Após cada venda de polpa, descontam-se todos os gastos na produção, como luz, água e embalagens, e o lucro é dividido igualmente entre todos. Com isso estão concretizando o objetivo inicial: melhorar o rendimento familiar.

As decisões de trabalho e também econômicas são tomadas em reuniões. Também vão iniciar a devolução dos recursos acordados para o Fundo Rotativo Solidário dos Movimentos Sociais da Região de Senhor do Bonfim. O valor devolvido será investido em outras comunidades. A participação das mulheres é outro ponto de destaque no grupo. Elas estão

sempre presentes nas reuniões, ajudando a tomar as decisões.

Outros avanços são identificados pelos agricultores e agricultoras, como a melhoria na renda das famílias; o fato de não precisarem mais dos atravessadores; a melhoria no cardápio das escolas e também das famílias, com os sucos naturais; mais famílias querendo entrar no grupo e maior responsabilidade dos participantes.

Eles também identificam algumas limitações, que pretendem, aos poucos, resolver, como equipamentos insuficientes e inadequados para todas as frutas; um único produto, que é a polpa, quando há possibilidade de expandir para outros; e interesses diferentes entre os integrantes do grupo. Uma parte busca o crescimento do grupo voltado para a economia

solidária, e outros têm apenas interesse econômico.

Para o futuro, o grupo quer expandir a produção para outras frutas: cajá, jaca, umbu e banana, mas ainda não dispõem de toda a infraestrutura para isso. Mas estão confiantes de que conseguirão, em breve, beneficiar todas as frutas produzidas pela comunidade, seja fazendo polpa ou doces.

O grupo que beneficia frutas em Jenipapo é composto por: Manoel (mário) da Silva (coordenador do grupo), Maia Crispina Lima Silva, Antônio Rodrigues da Silva (que cedeu a casa onde é feito o beneficiamento), Vanuza Alves da Silva, Domingos Martins dos Santos, Luciene Leite da Silva, José Ramos Dias, Mariza dos Santos Dias, Misael Alves dos Santos, Lúcia da Silva Santos, Edivaldo Quintino da Silva e Efigênia Maria da Silva Santos.



COOPERCUC - Cooperativa é referência internacional

Canudos, Uauá e Curaçá | BA

A Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos Uauá e Curaçá (COOPERCUC) foi constituída em junho de 2004 por um grupo de 44 mulheres agricultoras rurais unidas no sertão baiano. Tem sua bases nos movimentos sociais, Comunidades Eclesiais de Base, mutirões, missões, catequese, organizações comunitárias, associações, partido dos trabalhadores, lutas sindicais.

Desde 1986, um grupo de 20 mulheres começou a se reunir e, mesmo de forma artesanal, utilizava o umbu na preparação de alguns produtos. Quatro anos depois, criou-se a Fundação Grupos Unidos do Sertão, com a participação de 30 comunidades (mais de 100 pessoas). Estes produtos eram comercializados em feiras, sendo colocada a primeira barraca na feira de Uauá, com 1000 kg de produtos processados. Surgia a cada dia a necessidade de melhorar a oferta e qualidade dos produtos.



Com a perspectiva de melhorar a organização da produção, o grupo deu passos para a fundação da COOPERCUC, constituída em abril de 2003 e legalizada em 28 junho 2004, localizada em Uauá. Logo em 2005 foram instalada 10 minifábricas no interior destes municípios.

A partir de 2006, deu-se inicio o processo de certificação orgânica. Em 2007, criou-se o Selo Certificação Orgânica Nacional. A primeira venda foi para a CONAB e a primeira experiência de exportação com a França.

Com um atual quadro social de 141 cooperado/as, a COOPERCUC tem a missão de contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar visando a produção ecologicamente correta, economicamente viável, socialmente justa e solidária, contribuindo com a melhoria das condições de vida sustentável das comunidades rurais nos municípios de Canudos, Uauá e Curaçá, localizados no território do Sertão do São Francisco, região semiárida.



Ao longo de 5 anos vem desenvolvendo a autoadministração e gestão cooperativista em torno da organização beneficiamento e comercialização dos produtos da agricultura familiar, em especial dos produtos oriundos do extrativismo das plantas nativas do bioma caatinga, a exemplo do umbu e do maracujá nativo, na transformação em doces, geléia, polpas, sucos, compotas, vinagre e outros, com grande aceitação nos mercados nacional e internacional. A COOPERCUC realiza seu trabalho respeitando quatro eixos: social, ambiental, cultural e econômico.

Atualmente trabalha com seis tipos de frutas: Umbu (fruta mais utilizada), maracujá da caatinga, maracujá amarelo, manga, goiaba e banana. Está configurada em forma de uma rede, onde congregam 16 Associações rurais com 16 mini-unidades de processamento de frutas e ambas as partes desenvolvem as políticas de desenvolvimento local sustentáveis das comunidades rurais de fundo de pasto, com um público alvo de 300 famílias. Hoje são 200 toneladas de frutas processadas com o certificado de orgânico e comercializadas.

Em 2009, 50% da produção foi vendida para o governo federal, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), operacionalizado pela Companhia Nacional do Abastecimento (Conab); 25% ao mercado internacional, (França, Áustria e Itália); e 25% ao mercado nacional. Hoje a Cooperativa tem 16 comunidades, certificação extrativista, fundo de pasto, certificação orgânica, certificação Fair Trade. Cerca de 250 famílias são beneficiadas pelo trabalho, gerando uma melhoria na renda em torno 30%.

A experiência da Coopercuc demonstra que Economia Solidária acontece pautando um jeito diferente de produzir, vender, comprar, sem explorar, sem destruir o meio ambiente. Baseada na organização, cooperação, autogestão, solidariedade, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano.

O trabalho da Coopercuc é referência regional, nacional e internacional, no entanto é preciso superar alguns desafios, entre os quais é fundamental ampliar os canais de comercialização e fortalecer a gestão da Cooperativa.



Auto-organização e Direitos das Mulheres



Escola Senhor do Bonfim - Pastoral da Mulher - Um espaço de conquista para mulheres marginalizadas

Juazeiro | BA

Juazeiro é uma encruzilhada de passagens. Durante muito tempo chegavam à cidade muitas pessoas de todo o Nordeste, a pé, para esperar o vapor que as levaria até Januária, em Minas Gerais e dali seguiam, pela Central do Brasil, para São Paulo. Isso propiciou o aparecimento de uma legião de mulheres, muitas vezes abandonadas, que encontraram na prostituição a única forma de sobrevivência. Esta gama de necessidade, de sobrevivência, de abandono, continua até hoje gerando exclusão, sofrimento e discriminação.



Em 1963, a Diocese de Juazeiro, recém-instalada, assume o desafio de dar atendimento às mulheres marginalizadas. O trabalho é desenvolvido por um grupo de voluntárias sensíveis à realidade de exclusão na qual viviam as mulheres. As atividades começam em um pequeno espaço, que recebeu o nome de Escola Profissional São José. Com o passar do tempo, o trabalho foi se expandindo e sentiu-se a necessidade de um espaço maior. Em 1978, foi inaugurada a Escola Senhor do Bonfim, substituindo a Escola Profissional São José. Em 1979, este trabalho passa ser parte integrante das ações da Diocese: estava criada a Pastoral da Mulher.

Esse período coincide com a construção da barragem de Sobradinho, época conhecida pelo povo e movimentos sociais da região como de grande injustiça social, quando inúmeras famílias foram desalojadas de suas terras

de uma forma dramática. A prostituição de mulheres e jovens aumentou sensivelmente neste período, já que a afluência de trabalhadores foi muito grande.

A Escola Senhor do Bonfim – Pastoral da Mulher - sempre desenvolveu seu trabalho na perspectiva da solidariedade, da construção de formas de auto-sustentação para as mulheres marginalizadas, do respeito aos direitos das mulheres, da saúde e da autoestima, promovendo a humanização da realidade dessas mulheres e gerando um processo de transformação social e político.

Atualmente, 250 mulheres são atendidas em diferentes estágios de acompanhamento. Das mulheres que participam da Escola Senhor do Bonfim 74,4% estão com idade entre 21 e 65 anos, destacando-se também um número

expressivo de adolescentes com idade entre 14 e 17 anos (a Escola não atende adolescentes), em sua maioria vítimas de violência física e abuso sexual em casa ou na rua. Em pesquisa realizada com mulheres em situação de prostituição em Juazeiro, apenas 7,7% das entrevistadas têm o Ensino Médio completo, sendo que a grande maioria é composta por mulheres não alfabetizadas, que não tiveram, pelos mais diferentes motivos, acesso à escolaridade. No atendimento feito diariamente a estas mulheres na casa da Pastoral da Mulher, evidencia-se que a grande maioria é negra ou parda.

A metodologia do trabalho desenvolvido é a visita a 7 bairros da cidade, em locais onde as mulheres se prostituem: 24 bares. Nestas visitas se estabelece um conhecimento de ambas as partes e se estimula a confiança nas agentes. Daí pode surgir o interesse das mulheres pelo trabalho desenvolvido. Começando a freqüência na sede, a mulher pode participar da alfabetização, pode escolher entre diferentes atendimentos e cursos: capacitações, (cabeleireiro, culinária,

artesanato,) oficinas, palestras informativas, atendimento social, atendimento psicológico, encaminhamento médico e jurídico, apoio à geração de renda.

As mulheres participam também da Rede Mulher, que existe na região, expondo os produtos e serviços que fazem, participando ativamente de manifestações, comemorações e debates.

Para um trabalho tão amplo são necessárias diferentes parcerias: Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF; Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC); Centro de Informação em DST/HIV/AIDS; SENAC; Secretaria de Trabalho e Ação Social; Núcleo de Prática Jurídica (pertencente à Universidade Estadual da Bahia); Drº Theogenes (médico infectologista da rede particular); Programa Sentinela; Centro de Referência da Assistência Social; Participação no Conselho de Defesa do Direito da Mulher; Comitê de Mortalidade Materna, entre outros.



Entre as mulheres acompanhadas há um consenso quanto aos resultados conseguidos durante todos estes anos:



- Melhoria da autoestima e autonomia das mulheres;
- Melhoria na relação com os filhos, familiares e contexto;
- Melhoria no cuidado com o corpo e a saúde integral;
- Maior conscientização e participação em outros espaços sociais;
- Filhos inseridos nas escolas e participando dos programas federais e de outras ONGs;
- Inserção de algumas mulheres no trabalho formal (mesmo que ainda seja avaliado como poucas mulheres, é significativo);
- Mulheres regressaram à escola sendo alfabetizadas e, algumas, concluindo seus estudos;
- Existem mulheres que deixaram a prostituição e que hoje são multiplicadoras, colaborando com o processo das outras mulheres;

- Implantação de um espaço de produção e comercialização na linha da ECOSOL;

Grandes desafios:

- Superar o analfabetismo, que ainda é significativo;
- Superar a violência doméstica e no ambiente de trabalho;
- Superar a pobreza (muitas das mulheres atendidas têm renda menor que 100 reais por mês);
- Superar o isolamento do grupo, devido ao próprio estigma sofrido;
- Implantar a rede de consumo solidário na região;

Esperanças das mulheres:

- “Alcançar meus objetivos e ter uma profissão para ajudar as pessoas”;
- “Aprender a ler e a escrever na Pastoral da Mulher”;
- “Que as mulheres estudem e procurem alternativas fora da prostituição”;
- “Esperança de conseguir um emprego”;
- “Que a prostituição acabe”;
- “Que as mulheres freqüentem a Pastoral e que aprendam com os cursos oferecidos”;
- “Que lutemos com garra contra a prostituição”;
- “Que as mulheres se organizem e que tenham outras oportunidades”;
- “Que as mulheres não sejam humilhadas”.



Gênero e geração de renda: a experiência da Rede de Mulheres com beneficiamento da mandioca

Casa Nova | BA



Integrantes da Rede de Mulheres

Em Casa Nova, município onde a agricultura irrigada é foco da economia, existe a Rede de Mulheres, que trabalha gênero e geração de renda a partir da economia solidária. Casa Nova fica a 70 quilômetros de Juazeiro, cidade pólo do território do Sertão do São Francisco.

A Rede de Mulheres de Casa Nova e da região surgiu em 2001, a partir do trabalho desenvolvido pela Pastoral da Mulher da Diocese de Juazeiro. Desde o início, a Rede Municipal e Regional tem como objetivo integrar as mulheres para refletirem sobre o cotidiano e seus problemas, conta Marileide Alves da Silva, conhecida por Leda, que

atualmente faz parte da coordenação regional da Rede de Mulheres.

A Rede busca melhorar a autoestima, faz esclarecimentos sobre vários assuntos e desperta as mulheres para a produção e geração de renda, complementam Diva Carvalho e Beatriz Araújo, que também fazem parte da coordenação. Beatriz anima e orienta o grupo de produção de alimentos. É ela quem traz a memória de seus antepassados nas receitas, mas sempre dosando com sua criatividade e do grupo. Participa de intercâmbios de experiências em outras cidades e nas comunidades.

Hoje a Rede Municipal tem em torno 25 participantes e atua em 3 localidades do município de Casa Nova: na sede, em São Luiz e em Santana do Sobrado. O grupo vivencia muitas experiências com funções diversificadas. Tem mulheres artesãs, doceiras, pescadoras, agricultoras, professoras e garis.

Em 2006, a Rede sentiu necessidade de trabalhar geração de renda, pois algumas mulheres estavam desempregadas e outras precisando complementar a renda familiar. Logo em seguida, iniciou um trabalho com mulheres interessadas em beneficiamento de frutas nativas e de quintal. Os cursos foram realizados pelo IRPAA - Instituto Regional de Pequena Agricultura Apropriada, e SASOP - Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais.

Beatriz já tinha experiência com beneficiamento de derivados da mandioca e, nesse mesmo período, realizou capacitações com algumas mulheres da Rede que estavam dispostas a desenvolver um trabalho com produção. Com o resultado positivo, até hoje, o grupo continua animado.

Atualmente, o grupo de beneficiamento da mandioca é formado por 6 mulheres que atuam na produção de biscoitos doces e salgados; petas, conhecida em outras regiões por avoadores; sequilhos, também conhecido por ginetes. Tudo feito da tapioca. Recentemente, iniciaram outra linha de produção com bolos e salgados para festas, que só fazem sob encomenda. Ao longo desses 3 anos, mesmo com a renda mensal pequena, é que tem mantido o grupo estimulado a dar continuidade, conta Beatriz.

A produção é desenvolvida no fundo de quintal, na casa de Beatriz. E por não ter uma infraestrutura, o grupo avalia que o que falta é produto e não mercado. Nas sextas e sábados vendem os produtos na feira que fica no centro da cidade, em Casa Nova, e aos domingos em Santana do Sobrado. Semanalmente abastecem



Grupo prepara bandeja de sequilhos para assar



Beatriz cuidando da fornada de peta



Grupo de produção de beneficiamento da mandioca



Grupo embalando produtos

supermercados e mercearias. A renda mensal líquida é em torno de 600 reais, e cada participante recebe por produção.

Para Leda, a atividade que o grupo realiza se interrelaciona com a de pequenos produtores, a partir da matéria prima, a tapioca, formando uma cadeia produtiva que, aos poucos, garante a renda para sobrevivência, fortalece o grupo em rede, resgata a tradição dos produtos da tapioca e valoriza a cultura da mandioca.

Uma das conquistas, afirmada por todas, é fazer parte da Rede Sabor Natural do Sertão, que realiza intercâmbios, integração

e fortalecimento entre os grupos da região, facilita capacitações para aperfeiçoamento e reflexões sobre economia solidária, além de viabilizar as vendas e contatos em outros espaços regional e nacional, através de feiras, e comercialização no exterior, em países como Itália e Alemanha.

Os desafios são muitos, é o que afirmam Beatriz, Diva e Leda. Primeiro pela falta de estruturas física e documental, que inviabilizam o grupo participar da merenda escolar do município, através do Programa de Aquisição de Alimento, o PAA. Mas continuam firmes, porque acreditam na linha da economia solidária.

Agrobiodiversidade



A experiência da família de Cicero Justiniano

Sítio Barra - Remanso | BA

O Sítio Barra faz parte da Fazenda Induema, e está localizado no município de Remanso, estado da Bahia, a 38 quilômetros da cidade. João Cícero Justiniano Souza, conhecido por Cícero da Barra, junto a sua esposa Francisca da Silva Souza, e seus três filhos Jailma, Jailson e Ailton moram lá desde que nasceram. Cícero é o presidente da Associação de Fundo de Pasto dos Pequenos Produtores do Sítio Barra e faz parte da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remanso.

Tudo começou em 1997, quando o Sindicato lhe convidou para participar do curso de Formação de Agricultores para a Convivência com o Semiárido, realizado pelo IRPAA, Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada. Passou quinze dias em Juazeiro, junto a uma turma de pessoas que representavam vários estados do Nordeste, e, como ele mesmo diz, aprendendo a conviver com o Semiárido. Cícero lembra que tudo era novidade. Havia aulas práticas e teóricas e troca de experiências.



Família preserva área de fundo de pasto

Durante o curso, conheceu várias plantas apropriadas ao Semiárido, uma delas foi a leucena. Aprendeu a fazer o feno e o silo. Trouxe sementes e, assim que chegou, plantou defronte a sua casa para experimentar. Hoje são 50 pés de leucena plantados para garantir a produção do feno. Mas só corta durante a lua crescente para cheia. Cícero diz que a planta cresce mais rápido, e a madeira que corta fica forte e brota mais galhos. Pode dar para os animais a folhagem verde ou fenada. Já possui uma forrageira.

Antes os animais só se alimentavam com palma ou capim verde, não conhecia o processo de fenação e silagem. Depois do curso, Cícero e sua esposa Francisca mantêm um banco de proteínas com glicerídea, leucena, sabiá, maniçoba, mandioca, entre outras. É uma forma de garantir para os animais uma alimentação nutritiva. Guarda desde 2008 um silo de capim para usar num momento de necessidade.

O capim aproveita bem. 1 tarefa, que são 25 braças, equivalente a 3 mil e 25 metros quadrados, ele faz 3 cortes durante o ano. 2 cortes ele faz no inverno para feno e durante a seca alimentar os animais, e 1 corte passa na forrageira e dá direto para os animais. Dessa forma aumenta a produtividade.

Cícero participou de uma visita de intercâmbio na Paraíba, nos municípios de Campina Grande e Lagoa Seca. Conheceu a experiência do banco de sementes, chamada pelos paraibanos Sementes da Paixão. Estas sementes foram guardadas pelos seus antepassados e hoje preservadas pela nova geração que reproduz e cuida com dedicação. É uma semente pura. Cícero comenta que seu pai selecionava e guardava as sementes para não perder a plantação nas primeiras chuvas no ano seguinte.

Dessa visita trouxe a semente de glicerídea. Atualmente tem 20 pés plantados. Cícero conta que os animais não gostam de comer ela verde, só fenada. Futuramente pensa fazer cerca viva com a glicerídea, pois é fácil nascer de semente. E diz que a madeira dela é certa e já cortou para fazer galinheiro. Lembra que o importante é cultivar plantas que convivem no Semiárido.

A área da caatinga de fundo de pasto é de 860 hectares. Desses, foi cercado 200 hectares para garantir a preservação em 2005, durante o desenvolvimento do projeto Arranjos Produtivos, uma parceria do SASOP e CODEVASF. Diz que sempre preservou a caatinga porque foi um ensinamento do seu pai, mas as roças sempre faziam queimadas para plantar. Participando das capacitações, Cícero compreendeu que o que a terra gera se deixa de alimento para ela. São mais de 30 espécies de plantas nativas.

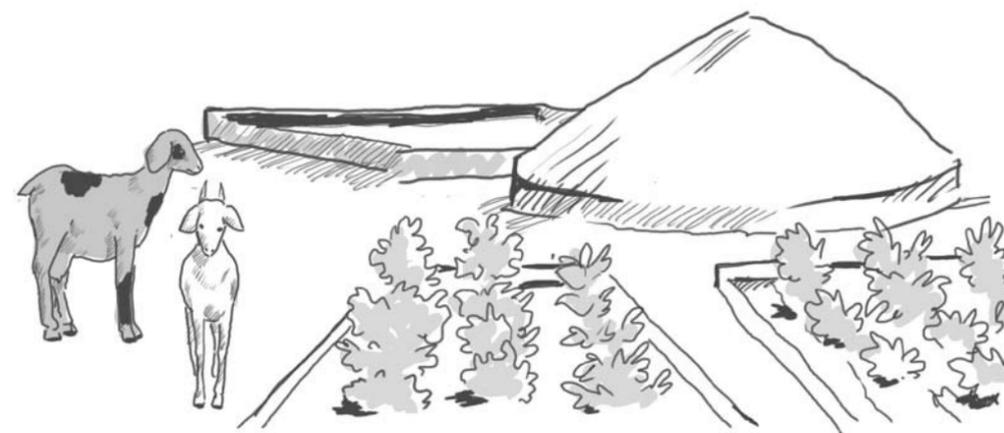


Cícero mostra galhos que brotam na glicerídea

Da área de caatinga, 40 hectares é particular, onde Cícero cria abelhas. A comunidade participou de formações ministradas pelo SASOP. Foram distribuídas 40 caixas de abelhas entre as famílias. A família de Cícero iniciou com 5 caixas, e atualmente tem 15. A estimativa anual é de 450 litros de mel, que é usado para consumo da família e para comercialização, que faz através da Cooperativa Agropecuária do Pólo de Remanso - COAPRE. Comprou uma centrífuga para facilitar o trabalho e garantir a qualidade.



A plantação glicerídea garante forragem para os animais



Seu Cícero também é pedreiro e constrói cisternas desde 1997. E foi nessas construções que, em 2001, no município de Casa Nova, conheceu o terreiro de raspa que é um calçadão feito de cimento e serve para secar a raspa da mandioca, fazer feno e secar sementes. Trouxe a idéia e com recursos próprios fez um em seu quintal. A Associação adquiriu uma máquina de raspa, e junto à comunidade passaram a aproveitar tudo da mandioca. A maniva e as folhas trituram em separado, e da raiz se faz a raspa. Cícero também aproveita o terreiro para escorrer a água da chuva para a cisterna de enxurrada, que fica bem próxima ao terreiro.



Cícero produzindo raspa no terreiro

Outra experiência importante para sua família é o sistema integrado de produção, conhecido por Mandala. É uma experiência que a Comissão Pastoral da Terra – CPT de Juazeiro – lhe apresentou em 2005. Na verdade, foi um desafio que Cícero e sua esposa Francisca aceitaram experimentar. Receberam as instruções, o material para a construção e as mudas de frutas e verduras. Francisca conta que tudo acontece a partir de um reservatório de água de forma arredondada, que tem a capacidade para 16 mil litros. As plantações dos canteiros e fruteiras são feitas ao redor desse reservatório. Os patos e peixes são responsáveis pela oxigenação e adubação da água, que garante o desenvolvimento das plantas.



Cícero fala como aumentar produção do capim

Em 2009 foram plantados na mandala, mais 50 mudas de caju. Francisca diz que o objetivo é ter florada para as abelhas, e futuramente comercializar a polpa e a castanha. Mas chama a atenção que a Mandala, em primeiro lugar, é para garantir a segurança alimentar da família, pois além das frutas e verduras se alimentam de ovos dos patos e carne do peixe.



Francisca colhe pimenta no canteiro

Desde que Cícero e sua família começaram a trabalhar com a agrobiodiversidade, que é toda essa diversidade de experiências desenvolvidas no sistema produtivo, junto ao fundo de pasto, têm o resultado mais garantido e percebem a natureza mais alegre e agradecida. É o que dizem sentir quando andam ao meio da plantação e da caatinga.



A mandala garante a diversidade na alimentação da família

A experiência agroflorestal de Adão de Jesus e sua família

Agrovila Nova Esperança
Ouricuri | PE

Com 14 anos de idade, Adão de Jesus Oliveira começou a conhecer novas técnicas de tratar a terra e as plantas, ainda como estudante da Escola Rural de Ouricuri. Hoje com 32 anos, ele trabalha com agricultura familiar agroflorestal, apicultura, criação de animais e cultivos agroecológicos em vazante. Mora na comunidade da Agrovila Nova Esperança, em Ouricuri, Pernambuco, com sua esposa Fabiana, de 24 anos, e seus dois filhos, Fernando de 5 anos e Fernanda de 3 anos.

Adão desenvolveu uma estratégia de convivência com o Semiárido, que tem como base os princípios agroecológicos. As atividades desenvolvidas apresentam relações estreitas de trocas de energia e melhor aproveitamento de nutrientes. Assim, o esterco dos animais é utilizado na adubação dos roçados; os alimentos produzidos nos roçados, são utilizados para alimentar a família e também os animais; as abelhas se integram ao ecossistema polinizando as plantas e produzindo alimento para família. Esses são apenas exemplos das múltiplas relações existentes no agroecossistema manejado pela família.

Dentro dessa lógica de observação da natureza a família percebeu que para conviver com o Semiárido é preciso estocar, já que em uma



época do ano - no período chuvoso, se tem bastante forragem, água e alimentos. Dessa forma Adão faz silo de milho e sorgo, e feno da palha do feijão, palha do milho, de capins nativos e cultivados.

Guarda ainda o milho e o sorgo em grãos, que durante a seca será triturado e fornecido aos animais, junto com o silo e o feno. Essa prática permitiu que a família aumentasse o seu criatório e diminuísse as perdas com mortalidades. Para Adão, os animais bem alimentados adoecem menos. Mesmo assim, quando algum animal é acometido por alguma enfermidade o tratamento é feito utilizando plantas da própria caatinga.

Além de forragem, a família estoca as sementes nativas que serão utilizadas no plantio seguinte, e os grãos que serão usados na alimentação da família. A água que fica guardada na cisterna de 16 mil litros é utilizada para beber e cozinhar. Já a água da outra cisterna de 52 mil litros é usada para irrigação das fruteiras e hortaliças da agrofloresta.

O cuidado com o solo e com a vegetação da caatinga também são outras práticas adotadas. Os plantios são feitos em níveis, não se usa mais queimada e a roça é bastante diversificada com milho, feijão, guandu, palma, fruteiras e hortaliças. Percebendo que poderiam ir além, há três anos, Adão e sua família resolveram implantar uma área de agrofloresta, experiência que conheceram através das visitas de intercâmbio.



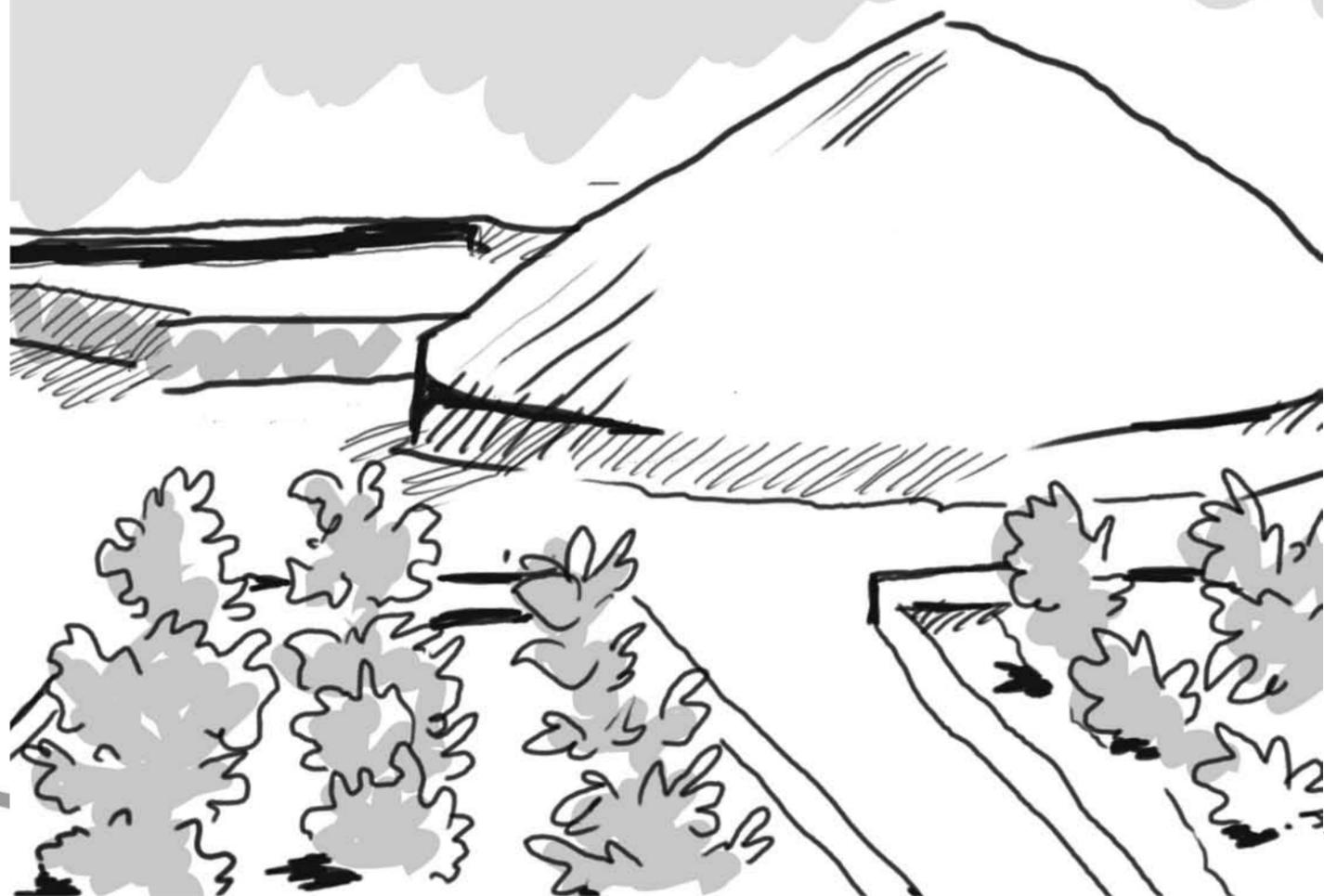
Em pleno Semiárido, Adão e sua família, estão mostrando que é possível produzir mais e melhor, além de preservar a natureza. Adão diz que resolveu implantar uma agrofloresta, porque a vegetação da região já está bastante prejudicada, então, dessa forma, pode mostrar que é possível produzir conservando a caatinga. Eles sabem do importante papel que exercem na preservação do meio ambiente e na conscientização de outras famílias.

Além de cuidar do meio ambiente, Adão afirma que a alimentação e a renda da família melhoraram depois que ele passou a adotar essas técnicas de convivência, pois quem vive na região do Semiárido tem que buscar

alternativas, e diz que com a agroecologia se produz mais tranquilo. Ele atribui os bons resultados alcançados à Associação de Apicultores e ao CAATINGA – Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais -, que dão apoio e assistência técnica, construindo juntos novas alternativas para a produção.



Segurança Alimentar e Nutricional



Cisterna-calçadão enriquece a alimentação da família de Edésio e Elizabeth

Lagoa Redonda - Casa Nova | BA

A 60 quilômetros da cidade de Casa Nova, município do estado da Bahia, fica a comunidade Lagoa Redonda, localidade onde 5 famílias receberam a cisterna de produção, também chamada cisterna-calçadão. Entre elas, a família de Edésio Santos Antunes e Elizabeth Gomes Antunes. O casal só tem 1 filho já adolescente, Ailton Gomes Antunes.

Depois da construção da cisterna, dá gosto visitar o quintal da casa de Edésio e de Elizabeth. Está tudo no início, mas a família já se serve da produção de verduras. Nesse período o cuidado tem sido dobrado, afirma Elizabeth. O sol castiga muito a plantação, é tempo da seca. O tomate é o mais prejudicado. O que tem colhido dos canteiros é alface, cebolinha e coentro para consumo da família.

Edésio construiu um canteiro no chão e outro suspenso que viu em uma foto divulgada em um boletim que recebeu nas capacitações que tem participado do SASOP. Conta que já tinha visto um canteiro suspenso em uma das visitas de intercâmbio e a invenção havia lhe chamado muito a atenção. Para ele, é uma satisfação



Edésio, Ailton e Elizabeth constroem nova vida



Mudas de leucena são preparadas para plantio

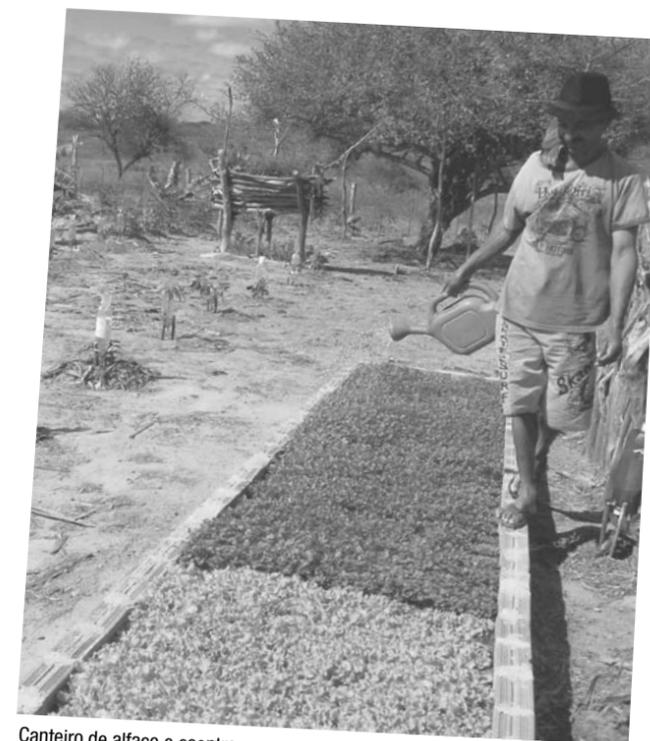
apresentar o primeiro canteiro que fez. Plantou cebolinha, pimentão e plantas medicinais. Na parte de baixo do canteiro também fez plantio, para aproveitar a água que cai quando molha as plantas de cima.

Já foram construídos mais 6 canteiros, conhecidos como canteiros econômicos. O canteiro econômico é uma das tecnologias apresentadas nos cursos destinados às famílias que conquistaram a cisterna-calçadão. Com a construção desses canteiros busca-se incentivar a produção de verduras e melhorar a segurança alimentar e nutricional da família.

Elizabeth e Edésio dizem que com a chegada da cisterna de produção tudo mudou na vida da família. Antes só se alimentavam de feijão, mandioca, abóbora, farinha, ovos, além de outras misturas trazidas da cidade. Fruta, só melancia. Hoje, a família come verduras do quintal, e antes nem imaginava que um dia isso poderia acontecer. A comida é temperada com verduras fresquinhas. Aguardam o desenvolvimento das frutas para melhorar mais ainda a alimentação e a renda familiar.

Depois que começou a participar dos cursos e intercâmbio pelo SASOP, Edésio fala que a sua visão é outra em relação a vida, e de como lidar com o seu sistema de produção. Quando ia preparar a terra para plantar, limpava todo roçado e queimava. Hoje valoriza tudo que está lá. Edésio reconhece que tudo é nutriente para o solo e as plantas.

O esterco, por exemplo, que há pouco tempo vendia, hoje é usado como adubo em toda a plantação. Ele fez mudança no chiqueiro das cabras e prepara o local para plantar as mudas de leucena para consorciar com as palmas, e melhorar a alimentação animal. Pois, percebeu que as palmas mais próximas ao chiqueiro estão mais viçosas.



Canteiro de alface e coentro



Cuidado especial com as mudas de fruteiras



Edésio valoriza a experiência do canteiro suspenso

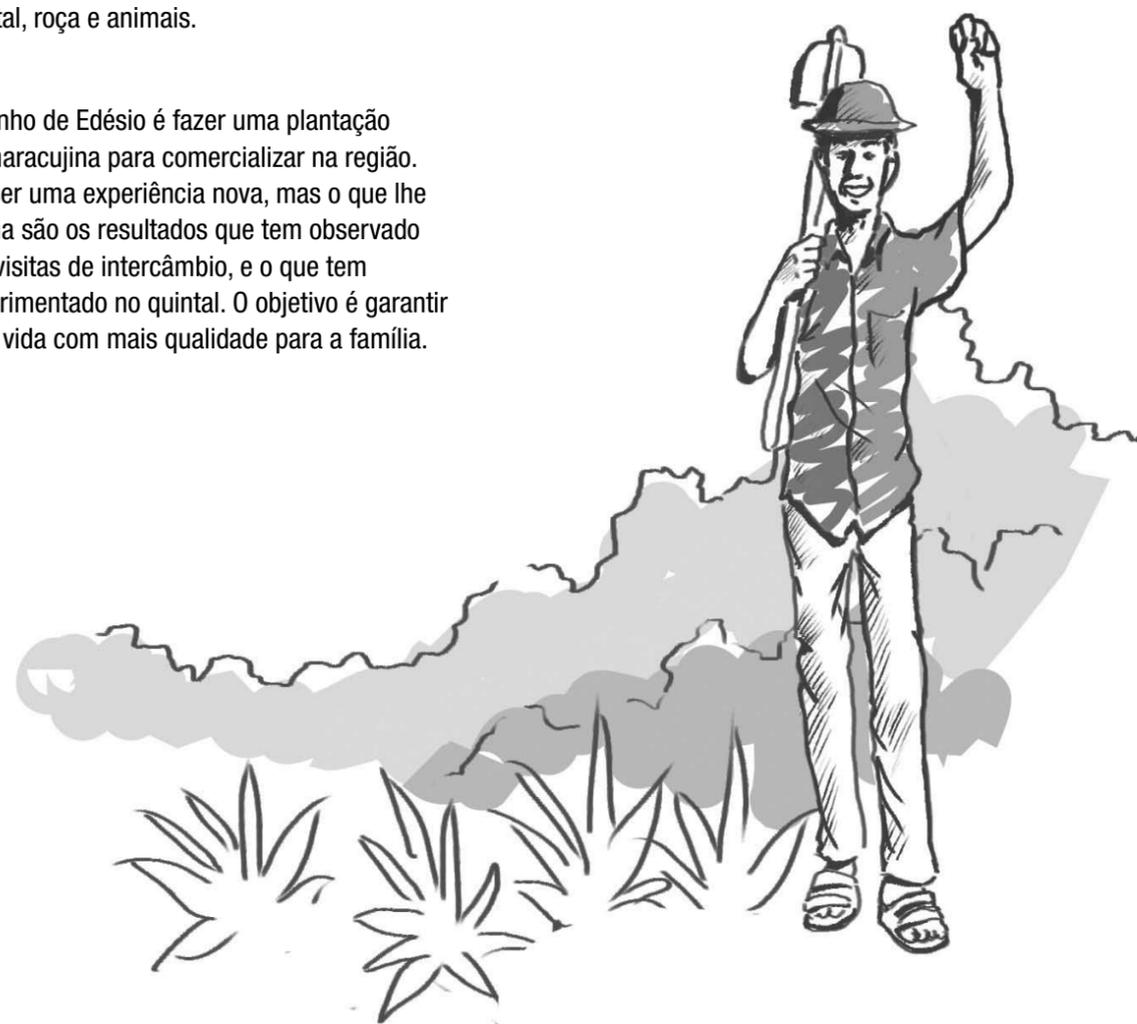
Edésio e Elizabeth contam com a ajuda do filho Ailton, e dizem que, por eles, passariam o dia todo no quintal cuidando das mudas de frutas e dos canteiros. Nas fruteiras usam o sistema de gotejo com uso de garrafas pet. Têm mudas de acerola, limão, banana, maracujá do mato, maracujina, entre outros. Para os canteiros usam o regador, mas já compraram uma mangueira com bicos para facilitar o manejo.

Para a renda mensal contam com o Bolsa Família, no valor de 80 reais, e a venda de algum animal quando é necessário. O alimento básico é produzido na roça, como feijão, abóbora e mandioca, com a qual produzem a farinha. O ovo sempre tem no quintal. Também tem a carne de criação ou de galinha, mas que não fazem parte da refeição diária. Elizabeth e Ailton, além dos afazeres domésticos e da escola, ajudam na labuta do dia a dia com o quintal, roça e animais.

O sonho de Edésio é fazer uma plantação de maracujina para comercializar na região. Diz ser uma experiência nova, mas o que lhe anima são os resultados que tem observado nas visitas de intercâmbio, e o que tem experimentado no quintal. O objetivo é garantir uma vida com mais qualidade para a família.



Local para cultivo de palmas consorciadas com leucenas



Produção diversificada melhora alimentação e gera renda para a família de Seu Isaias e Dona Edite

Testa Branca - Uauá | BA



A Propriedade do Sr. Isaias Ribeiro e dona Edite Ferreira, denominada Sítio Belo Monte, fica localizada na comunidade de Testa Branca, a 22 quilômetros da cidade de Uauá, no sertão da Bahia. Com eles mora um casal de filhos: Edna, de 20 anos e Isaac, de 18 anos.

Com toda essa diversidade de cultivos na propriedade, a família do Sr. Isaias e dona Edite pode produzir, de forma natural, alimentos em quantidade suficiente para atender as necessidades dos animais e garantir a segurança alimentar da família.

A área de 55 hectares é dividida em subáreas destinadas para diversas atividades de produção. Existe área de cultivos usada para pastagens de cabras e ovelhas, área de plantio da roça familiar, área de produção com diversos tipos forragens (palma, leucena, gliricídia, manipepa...) e ainda, área para o pomar com goiaba, manga, coco, e mais recentemente, para o plantio de umbu, tudo cultivado de forma orgânica.

BENEFICIAMENTO GERA RENDA E MELHORIA NA ALIMENTAÇÃO FAMILIAR

O sistema de criação é mantido sob muitos cuidados. O rebanho que passa boa parte do dia pastando nas áreas de fundo de pasto é recolhido para o chiqueiro no final do dia. No chiqueiro, os animais são observados e tratados. Nesse mesmo espaço, eles ocupam divisórias separadas. As cabras que estão sendo ordenhadas ficam em um local específico, assim como as que estão em fase de crescimento ou em tratamento. É no chiqueiro que seu Isaias e dona Edite cuidam da saúde dos animais fazendo a vermifugação periódica do rebanho, principal fonte de renda da família. Os animais criados prioritariamente para a produção de carne, agora estão sendo aproveitados na produção de leite usada na fabricação de queijos, doces e iogurtes. Boa parte dos produtos derivados de leite é beneficiada e comercializada em um laticínio instalado na comunidade, assim como acontece com o umbu e o maracujá da caatinga também beneficiados através da



Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc). Esta produção diversificada enriquece a alimentação e complementa a renda da família.

O sistema de abastecimento de água da propriedade atende as necessidades básicas da família. A propriedade dispõe de três cisternas, duas são usadas para o consumo humano e uma para as necessidades dos animais, incluindo a limpeza do chiqueiro. Há ainda um caxio com seis metros de comprimento por dois de profundidade usado como suplemento de água para o consumo da família, e duas cacimbas para o suplemento de água para os animais. Seu Isaias também possui o dom para encontrar água subterrânea, através da uma técnica chamada hidroestesia (sensibilidade que permite uma pessoa localizar água debaixo do chão), contribuindo assim para que muitas famílias do Semiárido garantam mais uma fonte de água através de cacimbas e poços tubulares.

DESAFIOS A SEREM SUPERADOS

Para manter esse modelo de propriedade, a família não conta com nenhum investimento por meio de crédito bancário. Os rendimentos gerados pela comercialização dos produtos derivados das frutas e do leite ajudam a família fazer os investimentos mais necessários, embora a propriedade precise de recursos para melhorar as fontes de água e para um melhoramento genético do rebanho a partir dos animais de raças que existem na propriedade.

UNIDADE DEMONSTRATIVA

A propriedade serve como unidade demonstrativa devido ao seu sistema de manejo e produção bastante diversificado e tem sido muito visitada principalmente por professores e estudantes, a maioria ligada a entidades que desenvolvem projetos na linha da educação contextualizada. Pesquisadores e jornalistas que também visitam a propriedade reconhecem a experiência como muito exitosa em se tratando de fonte de informação acerca de uma modelo de produção que garanta fartura e diversidade de alimentos e água

suficientes para toda uma família. A mesma tem sido utilizada como fonte para elaboração de material informativo para entidades populares e para órgãos do governo, a exemplo da Embrapa.

16 ANOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

A propriedade começou a ser planejada como modelo de convivência com o Semiárido desde 1993, quando o Sr. Isaias participou de uma capacitação para agricultores promovida pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irpaa). Ao longo desses 16 anos, a família tem experimentado diversas formas de planejar uma produção com segurança de acordo as condições climáticas típicas da região.

A garantia da produção diversificada de alimento em qualidade é suficiente para o ano inteiro, tanto para a família, como para o rebanho através das forragens, o que tem chamado a atenção daqueles que visitam a propriedade. Para o Sr. Isaias e dona Edite, esse sistema de manejo e produção é o que mais caracteriza a propriedade como uma experiência apropriada à realidade climática da região semiárida. Garantindo soberania alimentar para sua família e sendo exemplo para a comunidade de Testa Branca e para os municípios de Uauá, Canudos e Curaçá, onde muitas famílias já desenvolvem modelos de propriedades semelhantes a de seu Isaias e dona Edite.





Realização



Parceiros



Secretaria de
Desenvolvimento
Territorial

Secretaria de
Segurança Alimentar
e Nutricional

Ministério do
Desenvolvimento
Agrário

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

